

**“Pela democratização
do ensino superior...”:
A sociedade e os
movimentos em favor da
criação da Universidade
Federal de Sergipe,
1948-1968**

*José Vieira da Cruz**

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir os movimentos da sociedade e as iniciativas do Estado de Sergipe em defesa da criação de uma Universidade Federal. Estes movimentos, fomentados em um contexto de debates nacionalistas e reformistas, tiveram como ponto de partida a criação de instituições de ensino superior isoladas, mantidas pelo erário estadual, pela Igreja Católica e pela sociedade civil, a partir de 1948. E se estenderam durante duas décadas, até 1968, quando, somadas a estruturação da rede de ensino superior no Estado, uma série de movimentos da sociedade civil (partidos políticos, Igreja Católica, imprensa, movimento estudantil e intelectuais), disputaram o modelo e a efetivação, em maio de 1968, já no contexto da ditadura civil-militar, da criação da Universidade Federal de Sergipe, sob a forma de uma fundação federal.

Palavras-chave: Ensino superior; Reforma universitária; Universidade Federal de Sergipe

Abstract

This article aims to discuss the movements of society and the initiatives of the State of Sergipe in defense of the creation of a Federal University. These movements, fostered in a context of nationalist and reformist debates, had as their starting point the creation of isolated higher education institutions maintained by the state treasury, the Catholic Church and civil society, beginning in 1948. And they extended for two the structure of the higher education system in the State, a series of civil society movements (political parties, the Catholic Church, the press, the student movement and intellectuals) fought against the model and 1968, already in the context of the civil-military dictatorship, of the creation of the Federal University of Sergipe, in the form of a federal foundation.

Key words: Higher education; University reform, Universidade Federal de Sergipe



* Doutor em História Social pela UFBA, membro da Comissão de Altos Estudos Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, professor adjunto da UFAL, onde ocupa atualmente o cargo de Vice-reitor.

Prenúncio de uma nova jornada

A ampliação da rede do ensino primário acarreta fatalmente o ensino secundário; a ampliação da rede de ensino secundário acarreta o ensino superior. A vontade forte, é o abrete, Sésamo e não duvido (sic) que haja vontades fortes, serenas e clarividentes na tripulação da nau do Estado, nesta nova jornada que se há de iniciar.¹

No decurso das comemorações alusivas ao centenário de implantação do ensino secundário em Sergipe, são significativas as palavras proferidas por José Augusto da Rocha Lima, então professor do Colégio Estadual de Sergipe, mais conhecido como Atheneu Sergipense, em 15 de março de 1947, um ano antes da criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE)² e da Escola Superior de Química (ESQ).³ Nesse discurso, dentre outros aspectos, o aumento na oferta de vagas para o ensino primário e para o ensino secundário são destacados, enfatizando que isso implicaria na demanda para a instalação do ensino superior no Estado. Rocha Lima imputa à vontade da sociedade, da intelectualidade e dos políticos a força para a implantação do ensino superior em Sergipe.

No ano de 1948, mantidas com recursos do erário estadual, tem-se a criação das duas referidas faculdades, e o conseqüente impulso para a nova jornada. A partir de então, envolto no contexto de reformas nacionalistas, desenvolvimentistas e do processo de federalização do ensino superior,⁴ somam-se às mencionadas iniciativas do governo estadual, por um lado, o envolvimento de diferentes segmentos da sociedade em favor da criação de uma universidade no Estado,⁵ e, por outro, a tessitura de uma comunidade universitária formada por docentes, técnicos e estudantes, entre o final da década de 1940 e início da década de 1960.⁶

1 LIMA, José Augusto da Rocha. "Discurso". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 14, nº 19, 1947, p. 29.

2 SANTOS, Verlane Aragão. "Breve histórico do curso de Ciências Econômicas". In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (org.). *UFS: História dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 17-24.

3 ANDRADE, Dijalma. O curso de licenciatura em Química. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (orgs.) *UFS: história dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 91-101.

4 CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 151-204.

5 CRUZ, José Vieira da. "A sociedade e o movimento em defesa de uma universidade em Sergipe, 1958-168". In: *Anais eletrônicos do VIII Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. V. 8, Aracaju: EDUCON/UFS, set/2014, p. 1-7.

6 ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999.



O encontro de interesses dos dois movimentos, o de formação de uma comunidade universitária e o da sociedade em reivindicar uma universidade no Estado, resultaram, duas décadas depois, na instituição da Fundação da Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), conhecida pela sigla UFS, em 15 de maio de 1968.⁷ No referido contexto, a Fundação Universidade Federal do Maranhão (UFMA), fundada em 1966, a Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI), instituída em 1971, junto com a UFS, em 1968,⁸ foram algumas das últimas universidades do referido processo de federalização.

Esse processo tardio de criação de uma rede de universidades federais, a partir das capitais do Nordeste do Brasil, e, em particular, em relação ao contexto do ensino superior Latino-americano,⁹ é, ao mesmo tempo, revelador das dificuldades enfrentadas para superar aquilo que Nunes – uma das fundadoras da nova instituição e a primeira mulher a ocupar o cargo de reitora na UFS – definiu como, “a arcaica estrutura socioeconômica que teimava em permanecer”.¹⁰

A persistência de uma estrutura socioeconômica pouco desenvolvida, de um ambiente político dominado por oligarquias e o fato, inicialmente, de a Província de Sergipe e, posteriormente, de o Estado de Sergipe – entre o Império, a Primeira República e o fim do Estado Novo –, não contar com instituições de ensino superior agravaram-se com a crise dos setores produtivos tradicionais associados à produção do açúcar e da atividade pecuária.¹¹ Esta realidade não impediu que alguns intelectuais, provenientes dos mencionados setores socioeconômicos, concluíssem sua formação nos meios universitários de outros estados: Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, e obtivessem destaque em importantes debates jurídicos, científicos, literários e políticos. Dentre eles: Tobias Barreto, Silvio Romero, João Ribeiro, Fausto Cardoso, Gumerindo Bessa, Felisbello Freire, Manoel Bomfim, Alina Paim, entre outros.¹²

7 SOUZA, Eliana. *História e memória: Universidade Federal de Sergipe, 1968-2012*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2015.

8 BRETAS, Silvana Aparecida; OLIVEIRA, Ladelhe de Souza. “A constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950- 1960): um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira”. In: *Hist. Educ.* [online], v. 18, Porto Alegre, n. 42, Jan./abr, 2014, p. 151-169.

9 CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit.

10 NUNES, Maria Thétis. “A UFS completa 40 anos”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 04 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=22>. Acessado em 10/02/2009.

11 PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe, 1850-1930*. Campinas: Unicamp, 1983. (Dissertação de mestrado).

12 FONTES, José Silvério Leite. *A formação do povo sergipano*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

Contudo, a projeção alcançada por esses intelectuais não foi suficiente para a efetivação de instituições de ensino superior no Estado de Sergipe, ao menos até o final da primeira metade do século XX. A necessidade de deslocamento para outros centros culturais, com o propósito de obter formação universitária e galgar uma projeção no ambiente intelectual, persistiu sem uma alternativa local até 1948, quando se efetivariam as primeiras instituições de ensino superior no Estado.

À iniciativa estadual, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola Superior de Química, ambas fundadas em 1948, somou-se a Faculdade de Direito de Sergipe (FDS),¹³ esta mantida por juristas ligados ao Partido Social Democrático (PSD), tendo sido fundada em 1951 e federalizada em 1962. Agregou-se também a esse processo duas instituições mantidas pela Igreja Católica: a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS),¹⁴ em 1951, e a Escola de Serviço Social (ESS), em 1954.¹⁵ Além da Faculdade de Medicina de Sergipe (FMS), mantida pela sociedade civil com aportes financeiros do Estado, em 1961.¹⁶ Estas seis instituições, a partir de 1963, através de um processo demandado pela sociedade civil e articulado pelo Estado, através da Câmara do Ensino Superior do Conselho de Educação do Estado (CES/CEE/SE),¹⁷ originou um proc esso que resultou na criação, sob a condição de fundação federal, da UFS.

Novas demandas, novas mudanças...

O crescimento da demanda por acesso ao ensino superior, estava associado às conjunturas política e econômica do pós Segunda Guerra Mundial, do final da ditadura do Estado Novo, do processo de industrialização e de urbanização do País. Em Sergipe, além desse contexto, verificava-se também, em razão da crise da cultura da cana-de-açúcar e da pecuária, a

13 CRUZ, Márcia Terezinha Jerônimo Oliveira. *Ritos, símbolos e práticas formativas: a Faculdade de Direito de Sergipe e sua Cultura Acadêmica (1950 a 1968)*. São Cristóvão: UFS, 2014 (Tese de doutorado).

14 Ver a respeito: LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951*. Aracaju: NPPCS/UFS, 1993, (Monografia de especialização). E em: OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O curso de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1954), entre alunas, docentes e disciplinas – uma história*. Aracaju: Departamento de História/UFS, 2008 (Monografia de graduação).

15 SANTOS, Eliana Marcos; GONÇALVES Maria da Conceição Vasconcelos; CRUZ, Maria Elisa. “História do curso de Serviço Social”. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (orgs.) *UFS: história dos cursos de graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 31-46.

16 SILVA, Henrique Baptista. *A história da medicina em Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2007.

17 BRETAS, Silvana Aparecida; OLIVEIRA, Ladrelhe de Souza. “A constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950- 1960): um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira”. Op. cit.



busca pela diversificação da matriz econômica, entre as décadas de 1940 e 1960, com apostas na extração de sal, na intensificação da cultura do coco e no início da exploração do petróleo.¹⁸

Antes desse contexto de diversificação da matriz econômica, em relação ao ensino superior, o Estado contou com o funcionamento do Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus – fundado em 1913 e em atividade até 1933 –, centrado na formação superior para a vida sacerdotal,¹⁹ e duas tentativas de instalar cursos superiores laicos, ocorridas no governo de Maurício Graccho Cardoso, durante a década de 1920.²⁰ Mas apesar das referidas experiências, a efetivação de instituições de ensino superior laicas somente ocorreu quando o governo passou a investir na infraestrutura básica.²¹ Dentro desta perspectiva, para Machado, intelectual católico ligado ao PSD, à faculdade e à escola, fundadas em 1948, em particular, lançaram as bases para a construção de uma política de desenvolvimento associada ao processo de efetivação do ensino superior no Estado.²²

Em termos políticos, o quadro de dependência regional disputado pelo domínio econômico do setor do açúcar e da pecuária, a partir do final da década de 1940, foi polarizado entre o PSD e a União Democrática Nacional (UDN), que se alternavam no poder estadual, em meio às mobilizações da sociedade civil, dos debates nacionalistas e desenvolvimentistas. Quadro modificado com a vitória da Aliança Social Democrática (ASD) que conduziu João de Seixas Dória ao governo do Estado, em 1963. Experiência política atropelada pela coalizão civil-militar de 1964 que, dentre outros atos, depôs o governador eleito, empossou o seu vice e passou a controlar as ações da sociedade.

A história da efetivação do ensino superior em Sergipe indica ainda que entre as demandas, mobilizações e “debates apaixonados”, o caminho percorrido por essas instituições – das faculdades e escolas isoladas à instalação da Fundação da Universidade Federal de Sergipe – foi acompanhado de uma intensa participação do governo do estado, da Igreja Católica e de diversos outros segmentos da sociedade civil, em particular, pelo movimento estudantil universitário. Frente a essa realidade, a necessidade de garantir o acesso ao ensino superior tornou-se ainda mais decisiva,

18 DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 97-104.

19 BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933*. São Cristóvão: UFS/NPGED, 2004 (Dissertação de mestrado).

20 NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 251.

21 NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Op. cit.

22 MACHADO, Manoel Cabral. “Nossa Universidade Federal e o Ensino Superior em Sergipe (I)”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 25 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id:19>. Acessado em 10/02/2009.



tanto para aqueles que tinham dificuldades para migrar para cidades fora do estado de origem, quanto para aqueles provenientes de segmentos sociais excluídas do acesso ao ensino superior.²³

A sociedade e a luta por uma universidade em Sergipe

não só para atender a um apelo vocacional de muitos sergipanos, como também para completar o número mínimo exigível para a criação da UNIVERSIDADE DE SERGIPE, o que viria a consolidar nossas faculdades e livrá-las das ameaças de fechamento.²⁴

A mensagem em destaque, publicada no jornal *Academus*, periódico do Centro Acadêmico Silvio Romero (CASR), vinculado à Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), em setembro de 1958, foi uma das discussões que nortearam o VIII Congresso da União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES). No referido conclave, dentre as discussões fomentadas, os universitários passaram a erguer a bandeira da luta “por uma universidade em Sergipe”. A partir de então, as discussões sobre a necessidade de criação de uma universidade, estimularam uma agenda de reivindicações para a criação da nova instituição.²⁵

Dentro desta perspectiva, os participantes do VIII Congresso da UEES passaram a solicitar dos políticos sergipanos, a doação de um prédio para funcionamento da faculdade de medicina, criada quatro anos depois, em 1961, e a criação da faculdade de odontologia, fundada nove anos depois, em 1967. Em ambas as reivindicações, a premissa do número de instituições de ensino superior, estabelecida pela legislação para criação de universidades federais, era constantemente evocada.²⁶

Embora a intenção acerca da criação de uma universidade em Sergipe fosse algo do interesse de vários setores da sociedade, naquele momento, este propósito parece ter despertado mais atenção dos universitários e das instituições de ensino superior mantidas ou próximas a Igreja Católica. A presença de Dom José Vicente Távora – bispo da Diocese de Aracaju, religioso sensível às problemáticas sociais, próximo às posições de Dom Helder Câmara, assim como de outros bispos que começaram a pensar a necessidade de uma política social para o desenvolvimento do

23 CRUZ, José Vieira da. “Desloca-se não era mais preciso: os estudantes e a efetivação do ensino superior em Sergipe, 1948-1961”. In: *Anais eletrônicos do VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. Aracaju: UFS, 2012, p. 1-12.

24 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, p. 2.

25 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Op. cit., pp. 1-2.

26 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Op. cit.



Nordeste –,²⁷ na plenária de encerramento do VIII Congresso da UEES, anunciava o interesse da Igreja Católica e de seus movimentos leigos em favor da criação de uma universidade no Estado.

Outra evidência desse crescente envolvimento da Igreja Católica com o referido movimento foi à visita realizada, em 26 de dezembro de 1958, de uma representação de estudantes ligados a Juventude Universitária Católica (JUC), dentre eles: Afonso Gueiros e Lucia Viana (FCFS); Heli Nascimento e Inácio Gomes (FDS), Carmem Machado e Lêda Costa (ESS); Juarez Ribeiro (FCE); e Geraldo de Oliveira e Salvador Ávila (ESQ). Sendo este último o estudante responsável pelo envio de informações sobre os motivos da visita, realizada por leigos católicos, ao deputado federal Luís Garcia, governador recém-eleito, ao jornal *A Cruzada*, periódico vinculado à referida Igreja. Junto com os estudantes da JUC, também se fizeram presentes à visita, intelectuais ligados a Liga Universitária Católica (LUC), dentre eles os professores: José Silvério Leite Fontes, Paulo Machado e Antônio Garcia. Este último foi escolhido como o representante da comissão para discutir os “problemas da classe universitária” e sobre a posição do governador recém-eleito em relação a “fundação da Universidade de Sergipe”.²⁸

Ecossistema da reforma universitária e a declaração de Santo Amaro das Brotas

A presente tese, apresentada pela bancada de Sergipe ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária, constitui a nossa contribuição, dentro de nossas limitações ao estudo do problema do sistema universitário brasileiro (...) a imprevisibilidade da participação do corpo docente no governo das universidades e faculdades, seja no Conselho Universitário, nas Congregações (...) autonomia suficiente do organismo universitário²⁹.

As discussões sobre a reforma universitária são anteriores à instalação da ditadura civil-militar no Brasil e também evocam o acúmulo de discussões sobre a concepção e modelo de gestão acerca do ensino superior na América Latina.³⁰ Esse debate, iniciado nos anos 50 pela União Nacional dos Estudantes (UNE), começou a ganhar maior intensidade quando

27 NASCIMENTO, Isaías. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 127-165.

28 A CRUZADA. *Governador eleito Luiz Garcia, recebe universitários de Sergipe*. Ano XXIV, nº 1073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.

29 UEES/SNRU. *Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe*. Aracaju, 19 de maio de 1961, p. 3. In: Projeto Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)/UFPE.

30 UNC. *Manifesto de La Federación de los Universitaria de Córdoba*. Córdoba, 21 junho de 1918. Disponível em: <<http://manifiestodecordoba1918.blogspot.com/>>. Acessado em 10/10/2010

o movimento estudantil passou, a partir de 1961, a reivindicar 1/3 (“uma terça parte”) das representações nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior para o segmento dos estudantes.³¹ No cerne dessas discussões também estava a proposta da estruturação de políticas de assistência estudantil. Estas propostas encontravam resistências institucionais e corporativas.³²

Não obstante essas discussões, o modelo de gestão universitária brasileira consolidar-se-ia no contexto de instalação da ditadura civil-militar, limitando e, sobretudo, negando o modelo de democracia representativa nas universidades.³³ Para Saviani, a herança do referido período “acabou por implicar a circunscrição do problema da universidade aos limites da democracia liberal burguesa”.³⁴ Dessa forma, percebe-se que, no período compreendido entre 1961 e 1968, em meio à questão da criação de uma universidade em Sergipe, discutia-se a reforma do ensino universitário no Brasil.

Em torno desse debate, no período anterior ao golpe civil-militar, a UNE promoveu Seminários Nacionais pela Reforma Universitária (SNRU) para discutir o papel das universidades para o desenvolvimento nacional. A tese apresentada ao I SNRU pela bancada de estudantes de Sergipe divide-se em três partes: a primeira parte versa sobre o sistema universitário, em particular sobre a questão do exame, da política de aprovação, do currículo e dos programas de ensino e, por fim, da política de assistência estudantil; a segunda, focaliza a necessidade de formulação de um projeto político para discutir a reforma universitária; e a terceira, aponta a necessidade da participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior.

Um dos ecos dos debates sobre a reforma universitária foi a realização do I Seminário Estadual pela Reforma Universitária (I SERU), promovido pelos estudantes universitários, na cidade de São Cristóvão, entre os dias 26 a 27 de maio de 1962.³⁵ Dentre os resultados desse seminário, os

31 Ver a respeito em: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986; e em: FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

32 OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de Azevedo. “Atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais”. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo, ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>>. Acessado em 10/10/2010..

33 FÁVERO, Maria de Lourdes de ALBUQUERQUE. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. In: *Educar*. 28, Curitiba: Editora UFP, 2006, p. 17-36.

34 SAVIANI, Dermeval. “Prefácio”. In: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. Op. cit., p. 2.

35 GAZETA DE SERGIPE. *UEES promove seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2794, de 27 de abril de 1962, p. 6.





estudantes sedimentaram o propósito de lutar pela criação da universidade de Sergipe e declararam à imprensa o entendimento de que era necessária “a adequação da universidade à realidade sergipana – especialmente a face atual do nosso ensino superior academicista, classista e retrógrada” e ainda que esse ensino fosse “acessível a todas as classes”.³⁶

Não obstante às raízes latino-americanas do debate sobre a reforma universitária,³⁷ a discussão a respeito da universidade como centro de ciência e cultura, fomentada no Ocidente Cristão, em fins do medievo e início da modernidade, já antagonizava sua natureza cosmopolita/universal em oposição a sua perspectiva funcional/provinciana.³⁸ Essa ambivalência foi intensificada ao longo da segunda metade do século XX através de pelo menos três crises: a da hegemonia, a respeito da universidade como centro de produção cultural; a da legitimidade, no tocante à necessidade de democratização do conhecimento; e, por fim, a de institucionalização, diante dos parâmetros produtivistas da sociedade contemporânea. As duas primeiras crises já evidenciadas no horizonte social da década de 1960,³⁹ portanto, estão no escopo temporal desta reflexão.

Em Sergipe, outro importante eco da reforma universitária ocorreu na cidade de Santo Amaro das Brotas, nos dias 8 e 9 de junho de 1963, quando a UEES promoveu a realização do II SERU.⁴⁰ O mencionado seminário, presidido pela universitária Gilsa Luiza da Mota Gomes, contou com a presença de representantes de representações estudantis das instituições de ensino superior do Estado. Contou também com as presenças do(a)s professore(a)s Antônio Garcia Filho, Bonifácio Fortes, Carmelita Fontes Pinto, Eurenice Fontes Pinto, do Secretario de Educação do Estado Luiz Rabêlo Leite, do Arcebispo D. Távora, entre outros professores e autoridades.⁴¹ Estavam presentes também os professores Paulo Freire, Jonas Brito e Eurico Cardoso, da Universidade do Recife.⁴²

36 GAZETA DE SERGIPE. *São Cristóvão*: primeiro seminário de reforma universitária. Ano VII, nº 2818, de 26 de maio de 1962, p. 1 e 6.

37 PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. “Universidade no contexto da América Latina: 90 anos da Reforma de Córdoba e 40 nos da Reforma Universitária Brasileira” In: *Políticas Educativas*, v.2, n. 1, Campinas, dez. 2008, p. 54-75.

38 GROPPPO, Luis Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 29-30.

39 SANTOS, Boaventura de Souza. “Da ideia de universidade a universidade de ideias”. In: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 87-233.

40 GAZETA DE SERGIPE. *II Seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2223, 8 de junho de 1963, p.1.

41 A CRUZADA. *Em Santo Amaro II Seminário de reforma universitária*. Ano XXVII, nº 1391, 16 de junho de 1963, p.1.

42 GAZETA DE SERGIPE. *Paulo Freire ensina alfabetizar em trinta e seis horas*. Ano VII, nº 2224, 9 de junho de 1963, p. 1.



O II SERU discutiu os seguintes temas: a universidade de Sergipe e a reforma universitária; as universidades brasileiras e as estruturas das faculdades de Sergipe; a universidade de Sergipe como universidade nova; a LDB e a universidade de Sergipe, entre outros pontos.⁴³ Estes temas não apenas incorporavam os debates realizados pelos Seminários Nacionais propostos pela UNE, como também intensificavam as discussões “pela democratização do ensino superior em nosso estado...” a partir da criação de uma universidade em Sergipe, inclusive sobre o modelo de sua forma de gestão se seria uma autarquia ou fundação.⁴⁴

A Declaração de Santo Amaro das Brotas, documento construído a partir das deliberações do II SERU, defendeu a criação da “Universidade de Sergipe” sob a forma de uma fundação federal, colocou-se em oposição ao sistema de cátedra e à ordem econômica capitalista, propôs a participação dos estudantes na comissão encarregada de estudar o problema do ensino superior no estado e, sobretudo, defendeu de modo intransigente a necessidade de criação da “Universidade de Sergipe” voltada para o povo.⁴⁵

A referida declaração foi objeto de apreciação do editorial do jornal *Gazeta de Sergipe*, em 12 de junho de 1963. O editorial reforça a crítica de que o ensino superior no Brasil continuava elitista e precisava ser reformulado em favor de uma sociedade mais democrática e mais participativa. E avalia o mérito político do documento e a atitude dos estudantes quanto à “reformulação do espírito universitário” e à expansão do ensino superior a diferentes camadas sociais.⁴⁶

Em um segundo editorial, datado de 16 de junho de 1963, observa-se a defesa da criação da Universidade de Sergipe nos moldes da Universidade de Brasília, considerada pelo editorial, como a melhor das experiências do ensino superior no País. O texto destacou também a compreensão do Arcebispo Dom Távora em aceitar sem restrições que ESS e a FCFS, mantidas pela Igreja Católica, fossem incorporadas, junto com as outras quatro instituições de ensino superior, para constituírem a base da futura Universidade de Sergipe. Ainda segundo este editorial, a ideia de uma “Universidade para o povo”, defendida pela Declaração de Santo Amaro das Brotas representava o desejo dos estudantes de participar tanto da

43 GAZETA DE SERGIPE. *II seminário de reforma universitária*. Ano VII, nº 2223, 08 de junho de 1963, p. 1.

44 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE. 12/03/1998.

45 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”*. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1963, p. 6.

46 DANTAS, Orlando. “Universidade para o povo” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº 2226, 12 de junho de 1963, p. 2.

criação da futura instituição de ensino superior quanto dos quadros dirigentes do país.⁴⁷

Em relação a atitude da Igreja Católica, em favor da criação de uma universidade em Sergipe, como discutido, observa-se o envolvimento de sua autoridade maior, o arcebispo D. Távora, o bispo dos operários, como também era conhecido, que desde o VIII Congresso da UEES, realizado em 1958, já havia declarado seu apoio à questão, inclusive para que seus auxiliares, a exemplo do então monsenhor Luciano José Cabral Duarte, não poupassem esforços para atingir esse objetivo.⁴⁸

Em Alagoas, sede da Província Eclesiástica, da qual as dioceses de Sergipe eram parte de 1912 a 1960, também se verifica, em período concomitante, tanto o envolvimento de membros da Igreja Católica e de políticos na criação de uma universidade federal no Estado, quanto o esforço de organizar as instituições de ensino superior – que originaram a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 1961. Esse envolvimento – de parte da Igreja, da sociedade e dos políticos –, segundo Verçosa, teve como objetivo, também, alcançar “novas oportunidades de ascensão social” para jovens, “já que, de outra forma, [eles] estariam definitivamente excluídos do acesso ao mais alto nível da educação escolar”.⁴⁹

Dessa forma, os caminhos trilhados para criação de uma universidade em Sergipe, tecida a partir da criação das faculdades estaduais, em 1948, evocada, enquanto bandeira, a partir de 1958, durante o VIII Congresso da UEES, significada, de modo mais intenso, durante o II SERU e a Declaração de Santo Amaro das Brotas, ocorrido em 1963, começou a ser concretizado a partir da publicação, pelo governo do Estado de Sergipe, da Lei nº 1.194, em 11 de julho daquele ano. A referida lei, autorizou providências legais para que o patrimônio das faculdades e escolas de ensino superior existentes viesse a compor os bens da futura universidade. Contudo, as providências administrativas, só seriam tomadas nos primeiros meses do ano de 1964.⁵⁰

Não obstante os debates em torno da proposta de como deveria ser criada a universidade e de seu papel junto a sociedade, os desdobramentos da política nacional, naquele ano, redimensionaram o norte do que

47 DANTAS, Orlando. “Universidade de Sergipe” [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, nº2229, 16 de junho de 1963, p.2.

48 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, nº 18, setembro de 1958, p. 2.

49 VERÇOSA, Elcio de Gusmão. “Uma primeira rede de instituições de educação superior em Alagoas: novos horizontes para a juventude alagoana”. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão; TAVARES, Maria das Graças Medeiros (Orgs.). *História da Educação Superior em Alagoas de suas origens ao século XXI*. 2 ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015, p. 85.

50 GAZETA DE SERGIPE. *Universidade de Sergipe em fase de criação*. Ano IX, nº 2345, 25 de fevereiro de 1964, p.1.



viria a ser a Fundação Universidade Federal de Sergipe. Ela continuaria a ser objeto dos esforços de grande parte da sociedade, contudo a proposta de uma universidade popular cederia espaço para um projeto de ensino circunscrito aos horizontes políticos de uma sociedade controlada por autoridades, sob a égide de um golpe e de uma ditadura civil-militar.

A polêmica sobre o modelo de fundação...

Para os professores e os alunos da FDS, a criação de uma universidade federal nos moldes de uma fundação federal não era interessante. Segundo Santana, então vice-presidente do CASR, em 1966, o diretor da referida faculdade, professor Gonçalo Rollemberg Leite, não queria que ela fosse incorporada à UFS. Ele dizia: “‘já somos Faculdade Federal de Direito’ e não temos interesse de participar da UFS”.⁵¹

Essa divergência, entre as faculdades acerca de como seria a nova universidade, como discutido, estava presente desde os primeiros debates sobre a reforma universitária no Estado, ocorridos, inicialmente, na cidade de São Cristóvão, em 1962, e, aprofundados, na cidade de Santo Amaro das Brotas, em 1963. Segundo José Alexandre Felizola Diniz, estudante da FCFS, presidente da UEES no período de 1962/1963, no seminário ocorrido em Santo Amaro das Brotas, o então monsenhor Duarte defendeu a criação da universidade na forma de fundação. Na ocasião, antes mesmo do golpe civil-militar, a defesa do modelo de fundação federal, aprovado pelos participantes do II SERU e anunciado à imprensa e à sociedade, através da “Declaração de Santo Amaro”, despertou polêmicas e controvérsias.⁵² No referido seminário, alguns estudantes da FMS e da FDS defenderam o modelo de autarquia para gestão da universidade a ser criada.

Até então, os esforços em torno da criação de uma universidade em Sergipe, haviam perpassado os governos de José Rollemberg Leite (1947-1951) e de Arnaldo Rollemberg Garcez (1951-1955) do PSD; de Leandro Maynard Maciel (1955-1959) e de Luís Garcia (1959-1962) da UDN; e de João de Seixas Dória (1963-1964) da ASD. No breve governo de Dória, último do período democrático (1945-1964) – pós-ditadura do Estado Novo (1937-1945) e anterior ao período da ditadura civil-militar (1964-1985) –, foi nomeada uma comissão, organizada pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte, diretor da FCFS, com o intuito de concretizar a criação da mencionada fundação federal. A respeito, a imprensa católica, através do jornal *A Cruzada*, registrou os esforços do monsenhor Duarte para via-

51 SANTANA, Luiz. “História de uma vida”. In: *Crônica de uma cidade*. 6 de setembro de 2009. Disponível: <<http://cronicadacidade.blogspot.com>>. Acessado em 12/01/2010.

52 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., pp. 247-249.



bilizar os trabalhos da referida comissão e de seu projeto/relatório para criação da universidade em Sergipe.⁵³

Não obstante essa importância, a divergência quanto à forma a ser adotada pela nova instituição de ensino superior não havia encontrado um consenso entre as faculdades. Neste sentido, a FDS, segundo o então estudante Luís Antônio Barreto, manteve-se resistente ao modelo de fundação, apoiando a posição de seu diretor em defesa de “um movimento pela universidade autárquica, no sentido de que a autarquia não tem subordinação a este ou aquele órgão, mas é vinculada ao Ministério da Educação”.⁵⁴

A oposição articulada pelos diretores da FDS e da FMS, ao modelo de fundação defendido pelo monsenhor Duarte, diretor da FCFS, ao menos entre os estudantes do curso de direito, parece ter conquistado alunos de diferentes posições ideológicas e políticas. Dentre esses alunos, destacam-se membros dos movimentos de cultura popular e da Ação Popular (AP), como a estudante Zelita Rodrigues Correia dos Santos, até estudantes com destacada militância junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como foi o caso do estudante Wellington Dantas Mangueira Marques. Em outras palavras, a FDS, devido a sua estrutura, forma de contratação de professores por cátedras, localização e ao fato de já ser federalizada, não tinha interesse na criação da universidade a partir do modelo fundacional.

Em contraposição ao prestígio da FDS e da FMS e do relativo carisma exercido pelos seus diretores, monsenhor Duarte, apesar de sua erudição, obstinação, pragmatismo e da defesa de condições mais favoráveis às demais instituições superiores – FCFS, ESS, ESQ e FCE –, sofreu severas críticas e a oposição de parte do movimento estudantil universitário. Para os críticos do monsenhor Duarte, faltava-lhe a sensibilidade e diálogo que haviam sobrado a Dom Távora, quando este, a partir de 1958, passou a incentivar setores leigos da Igreja Católica para se mobilizarem em favor da democratização do ensino superior e da criação de uma universidade em Sergipe. Desta forma, não obstante a sua decisiva atuação para adequar o projeto de criação da mencionada universidade às exigências do Conselho Federal de Educação, sua figura pessoal era alvo de estigmas e repúdios devido a certas atitudes autoritárias e confessada posição anticomunista. Para Diniz, monsenhor Duarte foi muito estigmatizado e pouco compreendido, apesar do decisivo papel que desempenhou na criação da UFS.⁵⁵

53 A CRUZADA. *Sergipe terá universidade antes de março de 1967*. Ano 84, nº 1468, 10 de setembro de 1966, p.11.

54 BARRETO, Luís Antônio. “Os 100 anos de Gonçalo Rollemberg Leite”. In: *Infonet*, 16 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acessado em 12/01/2010.

55 MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Op. cit., p. 248.



Segundo Barreto, as críticas da direção, de parte dos professores e, sobretudo, dos estudantes da FDS à figura do monsenhor Duarte, por ocasião da visita de Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, relator do processo que solicitava a criação da Universidade Federal de Sergipe, evidencia um desses momentos de embate.⁵⁶ Nesse episódio, em particular, monsenhor Duarte travou uma polêmica com o estudante Wellington Dantas Mangueira Marques, que havia lido uma carta assinada por vários estudantes externando posição contrária à criação da universidade sob a forma de uma fundação.⁵⁷ Segundo Marques, a posição assumida pelos estudantes que assinaram a referida carta não foi compartilhada pela presidente do CASR, Josefa Paixão.⁵⁸ Ela, nesse episódio, segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, dirigiu-se ao representante do Conselho Federal de Educação, professor Newton Sucupira, declarando que aquele discurso não representava em absoluto “o pensamento do Diretório (sic) da Faculdade de Direito”.⁵⁹

Na sequência dos acontecimentos, em 28 de fevereiro de 1967, foi promulgado, pelo Presidente Marechal Castelo Branco, o Decreto-Lei nº 269 autorizando a instituição da Fundação Universidade Federal de Sergipe e as providências para sua implantação. Nesse sentido, nos primeiros dias da promulgação do mencionado Decreto-Lei, o então governador, Lourival Batista, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), reuniu representantes das seis faculdades em funcionamento e o representante da faculdade de odontologia que estava sendo criada. Nessa reunião, ele oficializou, ainda que de modo simbólico, que o patrimônio e os corpos docentes e discentes das instituições estaduais passariam a compor os da fundação recém-criada.⁶⁰

Não obstante a euforia das autoridades, a reportagem que descreveu o ocorrido informava que a instalação da universidade somente ocorreria no ano seguinte, uma vez que, carecia “ainda da inclusão de dotação orçamentária nos termos da legislação em vigor”.⁶¹ O referido processo foi concluído, em 15 de maio de 1968, com a instalação, em sessão solene

56 Op. cit., p. 246.

57 ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos Estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira* [manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte], de 19 de setembro de 1966. In: Instituto Dom Luciano Duarte, caixa 01, pacotilha 06.

58 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Lais Macedo Silva. Aracaju/SE, 03/12/2007 (negritos nosso).

59 A CRUZADA. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, nº 1468, 24 de setembro de 1966, p.11.

60 SERGIPE. *Decreto Estadual nº1362/67*, de 14 de maio de 1967.

61 GAZETA DE SERGIPE. *Decreto cria a universidade* [manchete da primeira página]. Ano XII, nº 3.235, 2 de março de 1967, p.1.

no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), da Fundação Universidade Federal de Sergipe.⁶² Estabelecia-se assim, um novo marco cultural para a vida intelectual no Estado, assim como havia sido com a criação do IHGSE, em 1912.⁶³

Críticas e protestos na solenidade instalação da UFS...

Para o movimento estudantil, a solenidade de instalação da UFS, em 15 de maio de 1968, não obstante ter sido um momento de comemoração, também foi uma oportunidade de tecer críticas e protestar quanto à forma como o processo foi conduzido e quanto a não concessão da palavra aos representantes dos estudantes presentes ao mencionado acontecimento, ocorrido no auditório do IHGSE, até então um dos espaços públicos mais significativos do Estado.

Na referida solenidade fizeram uso da palavra, o já Bispo Auxiliar de Aracaju, D. Luciano José Cabral Duarte, presidente do Conselho Diretor da UFS, que, após empossar João Cardoso Nascimento Júnior, na condição de primeiro reitor da nova instituição, mencionou os nomes das autoridades que haviam se somado para concretização da criação de uma universidade federal no estado e da luta deferida em torno desse objetivo. Em seguida, a palavra foi concedida a Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, um dos responsáveis pelo citado processo de criação da UFS, que destacou não ser possível “pensar a Universidade divorciada do povo” e que a Universidade é feita para o estudante”. O terceiro orador, Nascimento Júnior, reitor empossado, declarou ser sabedor das dificuldades existentes na instituição, então fundada quanto à estrutura física de seus prédios, a necessidade de novos equipamentos, atualização do acervo bibliográfico, problemas relacionados aos alunos excedentes no vestibular, necessidade de ampliação e de qualificação do corpo docente, entre outros problemas, e que “iria enfrentá-los com realismo”. Na sequência, Lourival Batista, governador do Estado, encerrou os discursos destacando, a exemplo de Dom Duarte, as pessoas que haviam contribuído para que o Estado de Sergipe viesse a ter “a nossa universidade”.⁶⁴

Presentes, mas não contemplados com o uso da palavra, os representantes dos estudantes, João Bosco Rolemberg Côrtes, estudante da ESS, e Francisco Carlos Varela, estudante da ESQ, procuraram a redação do



62 A CRUZADA. *Solenidade de instalação da FUFSE, marco cultural na vida sergipana*. Ano 49, nº 1545, 18 de maio de 1968, p.1.

63 CRUZ, José Vieira da. “O IHGSE e a Sociedade em Sergipe, 1951-2012”. In: ALBUQUERQUE, S. B. de M.; SANTOS, M. F. de J.; SANTOS, A. L. S. M.. (Org.). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, 2014, p. 75-94.

64 GAZETA DE SERGIPE. *Só estudante não falou na instalação da UFS*. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

jornal *Gazeta de Sergipe*, para protestarem contra aquilo que eles classificaram como mais um ato que aviltava os direitos da representação estudantil. E ainda que a cerimônia, relegou ao esquecimento a participação do movimento estudantil universitário em torno da luta pela criação de uma universidade em Sergipe. Segundo os representantes dos estudantes, a “classe universitária sergipana também lutou e contribuiu no processo de criação da Universidade em Sergipe”, um processo que teve início com a “Carta de Santo Amaro”, resultado dos debates produzidos pelo II SERU, ocorrido em 1963, no qual os universitários “já lutavam por sua Universidade, Federal, autárquica, popular e gratuita”.⁶⁵ Antes, portanto, da iniciativa estadual que resultou nos trabalhos da comissão responsável pelo processo de organização e de criação da UFS, entre 1963 e 1968.

Segundo os representantes estudantis, eles não tiveram a oportunidade de contribuir com a elaboração do anteprojeto da Comissão, em razão de este já ter sido apresentado em fase de redação final. E, ainda, que eles não tiveram direito de indicar nenhum dos nomes da lista tríplice para o cargo de reitor. A postura política por parte das autoridades responsáveis pela comissão de criação da UFS, segundo os estudantes, só considerava “a representação discente como figura decorativa nas grandes decisões da Universidade”, postura que eles esperavam não ser reproduzida pela nova instituição.⁶⁶

Na mesma edição do jornal *Gazeta de Sergipe*, que noticiava o protesto dos estudantes, o editorial intitulado “A Universidade”, ao tempo em que discorria sobre a importância da instalação da UFS, também alertava a nova instituição para a necessidade de promover o “diálogo entre os corpos docente e discente”. Na visão dos responsáveis pelo editorial, os jornalistas Orlando Dantas e Ivan Valença, a nova instituição deveria incluir os estudantes no processo de construção da universidade.⁶⁷

O tom dessas críticas, proferidas pelos representantes dos estudantes e pelo editorial da *Gazeta de Sergipe*, dirigiam-se, sobretudo à forma como Dom Duarte havia dirigido a comissão responsável pela criação da UFS, abrindo poucos espaços para a participação dos estudantes nesse processo, procurando alinhar o anteprojeto do estatuto da universidade ao processo de reforma universitária em curso, no período entre 1963 e 1968,⁶⁸ e, sobretudo, enfrentando, em razão de sua relação com os estudantes e com diretores de algumas faculdades, críticas e resistências à proposta de uma universidade sob a forma de uma fundação federal.

65 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes protestam*. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

66 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes protestam*. Op. cit.

67 GAZETA DE SERGIPE. A Universidade [editorial]. Ano XII, nº 3568, 16 de maio de 1968, p.3.

68 FÁVERO, Maria de Lourdes de A. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. Op. cit., p. 17-36.



Em meio às críticas tecidas pelos representantes estudantis e pelo referido jornal, por ocasião da instalação da UFS, notam-se alguns esquecimentos, dentre eles: as iniciativas governamentais e da sociedade civil, de criação de faculdades e escolas de ensino superior no Estado, a partir de 1948; as deliberações do VIII Congresso da UEES, em 1958, no qual os estudantes universitários, junto com a Igreja Católica – no início do bispado de Dom Távora –, levantaram a bandeira “por uma universidade em Sergipe”; e, parcialmente, da importância do I e II SERU, seminários estaduais que aprofundaram tanto o debate sobre a reforma universitária quanto o da criação de uma universidade em Sergipe, em particular, com a publicação da Declaração de Santo Amaro.⁶⁹

A mencionada Declaração, publicada no jornal *Gazeta de Sergipe*, por um lado, teve de fato uma dimensão política importante para a sociedade e para o movimento estudantil. Entretanto, pelos menos em termos históricos, ela não pode ser considerada o marco inicial das mobilizações em favor de uma universidade no Estado, e sim um de seus marcos. Por outro lado, seus significados, enquanto acontecimento histórico e político, apontavam para a criação da “Universidade de Sergipe, sob a forma de Fundação Federal”,⁷⁰ e não uma autarquia, como evocados na crítica estudantil, igualmente publicada no referido jornal, tempos depois, em 1968.⁷¹

Ao tomarem a “Declaração de Santo Amaro das Brotas”, publicada em 1963, como ponto de definição dessa luta, os críticos e suas críticas, focaram mais na forma como foi conduzido o processo de organização da nova instituição – já no contexto de golpe e de ditadura civil-militar –, do que no resgate dos movimentos e iniciativas que, desde 1948, desencadearam a luta por uma universidade em Sergipe.

Nesse sentido, a remissão à história das iniciativas e dos movimentos em defesa da criação de uma universidade no Estado revela pontos de discordância entre aqueles que a reivindicavam. Em síntese, um movimento compreendia que as instituições de ensino superior existentes deveriam ser reunidas sob a forma de uma fundação federal; enquanto o outro, sob o argumento de preservar a autonomia das faculdades e escolas superiores, defendia a criação sob a forma de uma autarquia.

Esse ponto de discordância também pode ser compreendido pela proximidade que existia, do então monsenhor Duarte, junto à JUC e à LUC,

69 CRUZ, José Vieira da. “Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)”. In: *Cadernos de história* (UFOP: Mariana), v. 4, 2009, p. 84-97.

70 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6 (negrito nosso).

71 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes protestam*. Op. cit.

no contexto da elaboração da “Declaração de Santo Amaro das Brotas”, em 1963. Fato que deve ter influenciado no apoio em favor do modelo de fundação federal, defendido pela Igreja católica através das instituições de ensino superior que estavam sob sua administração ou influência,⁷² em contraste com o período de 1964 a 1968, quando o jogo de interesses das demais faculdades e escolas superiores tendeu à defesa do modelo de autarquia. Nesse outro contexto, as discordâncias de parte dos estudantes, dos docentes e dos dirigentes e de algumas instituições em relação à condução dos trabalhos de criação da nova instituição, organizada pelo mencionado religioso, alimentaram as críticas ao modelo de fundação, enquanto o Bispo Auxiliar D. Duarte mantinha-se firme na proposta do modelo de fundação.



A conquista e o caminho da resistência democrática...

O modelo de fundação, defendido pela Igreja Católica e pelas lideranças estudantis que subscreveram a “Declaração de Santo Amaro das Brotas”, também era o recomendado pelo Ministério da Educação e pelos membros do Conselho Federal de Educação antes mesmo da eclosão do golpe civil-militar de 1964.⁷³ Esse modelo, após a referida inflexão política, mas do que uma possibilidade administrativa tornou-se a alternativa aceita, pela nova ordem institucional, para federalizar o ensino superior em Sergipe, assim, como também ocorreu com a Fundação Universidade Federal do Maranhão, em 1966, e a Fundação Universidade Federal do Piauí, em 1971.

Os protestos dos estudantes, em relação ao tratamento a eles concedido pela comissão responsável pela criação da UFS e pelo cerimonial responsável pela inauguração dessa instituição, repercutiram nos jornais locais. Essa repercussão figurou com a repercussão do Relatório Meira Matos sobre as reformas que deveriam ser aplicadas ao ensino superior⁷⁴ e ecos dos protestos estudantis que estavam ocorrendo pelo mundo naquele maio de 1968.⁷⁵

Eram tempos diferentes daqueles em que se iniciaram as ações e os movimentos que resultaram na Fundação da Universidade Federal de Ser-

72 ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira*: manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte. 19 de setembro de 1966. In: Instituto Dom Luciano Duarte, caixa 01, pacotilha 06.

73 A CRUZADA. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, nº 1468, 24 de setembro de 1966, p. 1 e pp. 11-12.

74 GAZETA DE SERGIPE. Comissão Meira Matos entrega relatório. Ano XIII, nº 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

75 ALVES, Stefâncio Faria. “Estudantes em toda parte”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, nº 3/573, 22 de maio de 1968, p. 2.

gipe. Cerca de vinte anos antes, o debate em favor da reforma universitária era evocado pela sociedade e, em particular, capitaneado pelos estudantes. Após a decretação do golpe civil-militar, em 1964, e nos primeiros quatro anos da ditadura civil-militar, o referido debate tomou outras formas, vozes e direções. É nesse outro contexto, que a UFS ganhou corpo e nasceu.

O momento político da ditadura civil-militar e a avaliação dos limites do que se podia fazer para a concretização daquele projeto, exigia que batalhas pontuais fossem colocadas de lado. Neste outro contexto, os esforços foram canalizados para que Sergipe passasse a ter uma Universidade. A respeito, Maria Thétis Nunes, uma das participantes dos movimentos em defesa da criação de uma universidade em Sergipe, afirmou que “a UFS não foi uma dádiva, mas uma conquista dos que lutaram para sua instalação”.⁷⁶ Batalha travada na esteira de um momento político que tendia a se tornar pouco propício à realização de avanços no campo da participação democrática, sobretudo a partir da decretação do Ato Institucional nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968. Diante deste cenário, foi reservado à sociedade brasileira e, principalmente, ao ensino superior, trilhar os caminhos da resistência democrática e da defesa da autonomia universitária.⁷⁷



76 NUNES, Maria Thétis. “A UFS completa 40 anos”. In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. Op. cit.

77 Ver mais informações a respeito dessa discussão em: CRUZ, José Vieira da Cruz. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Maceió: Edufal, 2017.

